

NÚMEROS DA EDUCAÇÃO: O QUE REVELAM E ESCONDEM?¹⁸

Nicholas Davies¹⁹

RESUMO

O objetivo deste texto é examinar, com base em pesquisa bibliográfica e documental, a confiabilidade e comparabilidade de estatísticas educacionais, descrever e analisar a evolução das matrículas estaduais, municipais e privadas na educação básica no Brasil de 2006 a 2015, bem como apresentar um quadro da participação das redes estadual, municipais e privadas na educação básica no Rio de Janeiro em 2015. Constata a dificuldade na confiabilidade de dados e nomenclaturas educacionais, a diminuição de matrículas estaduais e municipais e o crescimento de matrículas privadas no período, contradizendo o Fundeb, apresentado oficialmente como um fundo que manteria e desenvolveria a educação básica. O estudo revela uma participação muito desigual das redes estadual, municipais e privadas na educação básica em 2015 de cada município do RJ.

Palavras-chave: Estatísticas educacionais, matrículas na educação básica no Brasil, Fundeb, matrículas na educação básica no Rio de Janeiro, privatização do ensino

ABSTRACT

The purpose of this article is to examine, based on bibliographical and documentary research, the reliability and comparability of educational statistics, to describe and analyse State, municipal and private enrolments in basic education (all education prior to higher education) in Brazil between 2006 and 2015, as well as to provide a picture of the size of State, municipal and private systems in the State of Rio de Janeiro in 2015. The results of the study indicate a difficulty in the reliability of educational data and categories, the reduction in the number of State and municipal enrolments and the growth of private enrolments in the period, contradicting the Fundeb, presented officially as a fund that would maintain and develop basic education. The study also reveals an unequal size of the State, municipal and private systems in basic education in 2015 in every municipality of the State of Rio de Janeiro.

Keywords: Educational statistics, basic education enrolments in Brazil, Fundeb, basic education enrolments in the State of Rio de Janeiro, privatization of education

¹⁸ Estudo sobre sua confiabilidade e evolução das matrículas na educação básica no Brasil entre 2006 e 2015 e no RJ em 2015.

¹⁹ Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é examinar a confiabilidade e comparabilidade de estatísticas educacionais e descrever e analisar a evolução das matrículas estaduais, municipais e privadas na educação básica no Brasil de 2006 a 2015, bem como apresentar um quadro da participação das redes estadual, municipais e privadas na educação básica no Rio de Janeiro em 2015.

O exame da confiabilidade e comparabilidade dos números da educação se justifica por ao menos duas razões. Uma é que poucos se dedicaram e se dedicam a este tema. Outra é que a sociedade cultua os números como se eles fossem necessariamente confiáveis e falassem por si, uma crença provavelmente com origem no positivismo. O estudo da evolução das matrículas entre 2006 e 2015 se justifica porque em 2007 entrou em vigor o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que pretendia (pelo menos é o que diz o seu nome) manter e desenvolver a educação básica e valorizar os profissionais da educação. O motivo para estudar a participação das redes de ensino no Estado do Rio de Janeiro foi verificar se continuava a existir a extrema desigualdade de participação das redes estadual, municipais e privadas na educação básica que havia constatado em pesquisa anterior relativa ao ano de 2006 (DAVIES, 2009).

A CONFIABILIDADE E COMPARABILIDADE DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

Um problema dos documentos de estatísticas educacionais é a falta de uniformidade dos termos ou nomenclatura ou até mudança de significado neles. Por exemplo, até o ano de 2001, as despesas em educação eram contabilizadas na função orçamentária 'Educação e Cultura' (código 08 da Lei Federal No. 4.320, de 1964, que normatiza a elaboração de orçamento governamental). Desde então, passaram a ser lançadas na nova função 'Educação', identificada pelo código 12. A função 'Educação e

Cultura’ ou ‘Educação’, por sua vez, não deve ser confundida com manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), previsto no art. 70 da LDB (Lei No. 9.394), embora muitos governos, com a conivência de Tribunais de Contas, consideraram e talvez ainda venham considerando os dois como se fossem sinônimos. Uma outra distorção foi provocada pela inclusão de matrículas de classe de alfabetização (CA) no ensino fundamental regular (EFR) pelos governos ansiosos por obter uma maior fatia do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), cujos recursos foram distribuídos ao governo estadual e às prefeituras justamente em função do número de matrículas no EFR, que cresceu de 1997 (último ano antes da implantação do Fundef) até 2003 em grande parte por causa dessa inclusão. A consequência foi que, pelo menos no Estado do Rio de Janeiro, as mais de 170 mil matrículas públicas (estaduais e municipais) de CA que existiam em 1997 praticamente desapareceram em 2003, absorvidas pelo EFR.

Outro problema é que os anuários estatísticos ou censos escolares do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) nem sempre contêm as necessárias notas explicativas sobre levantamento e classificação dos dados. Por exemplo, o Censo Escolar de 2001 inclui uma tabela com dados sobre matrículas em classes de aceleração no EFR, porém não informa se elas são um acréscimo às matrículas registradas em tabela específica sobre o EFR ou delas fazem parte. A edição de 1999-2000 do *Anuário Estatístico do CIDE* (Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro), por sua vez, usou os seguintes termos diferentes aparentemente para designar a mesma coisa: professores em exercício, pessoal docente, pessoal docente em exercício e docentes. Provavelmente o termo pretendido era “funções docentes”, que não corresponde a número de professores ou docentes, mas sim a cargos com função docente. Como o mesmo professor pode ocupar mais de um cargo com função docente, o uso do termo professor ou docente distorce o número real. Assim, uma rede com 1.000 funções docentes pode ter, na verdade, 800 professores, uma vez que 200 deles estarão ocupando mais de uma função docente. O Anuário não esclarece se considera docentes todos os profissionais do magistério (orientadores, supervisores, diretores, coordenadores), ou apenas os professores. Já o

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em seus relatórios confundiu professores com profissionais do magistério, para fins de cálculo do percentual mínimo do Fundef (60%) devido à remuneração deles.

Além disso, os dados nem sempre são confiáveis, ou por incompetência/negligência na coleta e tabulação de dados, ou por má fé por parte das autoridades, interessadas em pintar um quadro positivo da sua administração ou obter recursos adicionais do Fundef. Matéria intitulada “Os números de mais uma discórdia”, publicada no jornal *O Globo* em 1/6/97, a propósito do risco de manipulação das estatísticas, informava que o prefeito do Rio de Janeiro iria proibir o cadastramento em escolas municipais pelo governo do Estado por suspeitar que o governador manipularia dados sobre alunos da rede municipal para obter mais verba do Fundef. Em outra notícia, intitulada “Estado controlará verbas de escolas” e publicada no *Jornal do Brasil* em 26 de maio de 1997, a então subsecretária estadual de Educação, Ana Galheigo, explicava que o cadastramento dos alunos pretendia “acabar de vez com os alunos fantasmas, porque, depois da vigência do Fundo [o Fundef], passará a ser vantagem ter alunos em salas de aula”, lembrando “que nem sempre os números são mascarados por má-fé das secretarias municipais... pois muitas vezes, um pai matricula o filho em várias escolas”. Para ela “É presumível que os censos realizados anualmente pelo Ministério da Educação têm resultados fictícios, já que são baseados em informações fornecidos pelos municípios e estado”. Segundo a Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro em 1997, Carmem Moura, “No caso do município do Rio, por exemplo, havia até 1996 uma falsa evasão escolar - devido às múltiplas matrículas - que chegava a 4% das inscrições. “Este ano, fizemos uma varredura nas inscrições múltiplas, depois de iniciado o ano letivo, para evitar os dados falsos”.

O problema da falsificação das matrículas para fins de obtenção dos recursos do Fundef foi denunciado várias vezes nos meios de comunicação e parece ter acontecido também no Rio de Janeiro. Em 25/6/99 *O Globo* noticiou que o TCE iria investigar o aumento astronômico de matrículas, que em seis municípios fluminenses teriam crescido até 236% após a implantação do Fundef. Em 16/1/00 o mesmo jornal, numa notícia intitulada “Os fantasmas do ensino público”, informava que o Censo

Escolar de 1999 teria detectado 115 mil alunos inexistentes no Brasil, sendo a fraude mais comum, segundo o MEC, “contabilizar os alunos dos cursos de educação de jovens e adultos (antigo supletivo) como se fossem do ensino fundamental regular”. O jornal informava ainda que, no Estado do Rio de Janeiro, de um universo de 1,9 milhão de alunos do Primeiro Grau regular, foram auditadas apenas 92 mil matrículas em 251 escolas e encontradas 5.964 fantasmas, que representariam 3,64% do universo auditado, percentual considerado alto pelo MEC. Se projetarmos este percentual de 3,64% para a totalidade das matrículas (1,9 milhão), isso significaria quase 70 mil matrículas fantasmas. Mesmo que o número de fantasmas não seja tão alto, parece razoável presumir que deve ter sido significativo.

A propósito dessa falsificação, o então presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, José Gomes Graciosa (1999), em seu relatório sobre o Fundef, registrou alguns destes saltos “excepcionais” em 1998, na comparação com 1997: Duas Barras (236,8%), Conceição de Macabu (105,2%), Comendador Levy Gasparian (90,4%), Vassouras (69,6%), Miguel Pereira (49,7%), Santa Maria Madalena (47,4%), Saquarema (42,4%) (GRACIOSA, 1999). Embora o MEC informe ter retificado os números de matrículas quando constatou irregularidades como essa, é pouco provável que a sua auditoria tenha investigado todas as mais de 30 milhões de matrículas contabilizadas no ensino fundamental em 1998 ou anos posteriores.

Os Anuários Estatísticos do CIDE também nem sempre são confiáveis nas suas informações. Por exemplo, o de 1998, referente a 1997, apresentava vários erros. Na tabela 11.4 (Educação média), informava, por exemplo, que o número total de estabelecimentos de ensino no Estado era de 6.419, quase 6 vezes mais do que o número de 1994 (Tabela 11.6 do Anuário de 1997), um crescimento que soa estranho porque o número de matrículas só cresceu 30% no período, passando de 406.447 para 525.794. O crescimento por dependência administrativa também foi anormal. O número de estabelecimentos estaduais passou de 432, em 1994, para 2.068, em 1997. O que é estranho é que estes 1.500 estabelecimentos a mais só atenderam a um acréscimo de 60.000 matrículas no período, ou seja, cada estabelecimento teria atendido a uma média de 40 alunos (60.000 divididos por 1.500), ou o equivalente a

uma turma. Também o número de estabelecimentos municipais teve um crescimento anormal, pois passou de 56, em 1994, para 1.445, em 1997. Estes 1.400 estabelecimentos a mais só teriam atendido a um acréscimo de 6.000 matrículas, ou seja, 4,5 matrículas por cada estabelecimento a mais.

A Tabela 11.2 (pré-escolar), por sua vez, relativa a dados sobre o pessoal docente da rede municipal, registrava 131.817 em 1997 em todo o Estado, quando o número de matrículas municipais na pré-escola era de 262.282, o que significava em tese 2 matrículas por docente, uma proporção absurdamente alta porque a relação na rede estadual era de 24 matrículas por docente e na particular, de cerca de 14 por docente. O número total de docentes devia ser de pouco mais de 13.000 porque em 1996 o número foi de 13.108. O número total de estabelecimentos estaduais e municipais em 1997 também parece errado, pois representa um crescimento de 100% em relação a 1996, o que não tem sentido porque as matrículas estaduais na pré-escolar diminuíram de 83.467 para 74.135 e as municipais cresceram 25%.

O problema da confiabilidade das estatísticas educacionais não se limita ao Rio de Janeiro. Sérgio Costa Ribeiro, em artigo sobre a Pedagogia da repetência (RIBEIRO, 1991, p. 8), atribui a discrepância dos dados sobre evasão e repetência encontrada numa tabela do MEC e noutra do modelo Profluxo à "dupla contagem dos alunos nos censos escolares, que, devido às altas taxas de repetência, mudam de escola sem, no entanto, saírem do sistema ou então são rematriculados na mesma escola, como alunos novos na série. Esta dificuldade, de natureza metodológica, é encontrada em quase todos os países subdesenvolvidos e não se caracteriza como um problema brasileiro.". Em outro estudo, George Martine (1994, p. 12)) registra a discrepância entre o MEC e a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) sobre o número de docentes: "o MEC estimava que o número de funções docentes neste nível de ensino (1º grau) atingia em 1988 a 1.156.000, dos quais 1.006.000 (87,0%) correspondiam ao serviço público federal, estadual e municipal, e os restantes 150 mil ao setor privado. Por sua vez, os dados da RAIS totalizam, para esse mesmo ano, 780 mil postos de trabalho de professores de 1º grau, distribuídos em 679 mil públicos (87,1%) e 101 mil na esfera particular".

Os problemas de confiabilidade e comparabilidade dos dados não se limitam às matrículas, atingindo também as finanças da educação. Frequentemente, não temos como saber se os dados sobre as receitas vinculadas à MDE são os corretos, pois eles não especificam todos os seus componentes devidos, ou seja, todos os impostos (inclusive a dívida ativa oriunda de impostos), mais os convênios e os ganhos com o Fundef. Durante muitos anos, era comum os governos não incluírem a dívida ativa oriunda de impostos e suas multas e juros de mora na base de cálculo dos impostos vinculados à MDE. Ou, então, incluírem equivocadamente nessa base de cálculo receitas que deveriam, ao contrário, ser contabilizadas como acréscimo ao mínimo, como os ganhos com o Fundef (como a prefeitura do Rio de Janeiro fez pelo menos de 1998 a 2005 e provavelmente também em 2006) e o salário-educação (como o governo estadual do Rio de Janeiro fez ao longo de toda a década de 1990). Tudo com a concordância/convivência dos Tribunais de Contas.

Outro problema é os governos não detalharem as despesas da educação, que aparecem quase sempre de modo muito genérico e não devem ser confundidas com despesas em MDE, conceito legal previsto na LDB e ao qual se vinculam as receitas. Em outras palavras, os governos confundem dois conceitos distintos, o relativo à função orçamentária 'educação', previsto na Lei No. 4.320, que normatiza o orçamento público, e o de MDE.

Outro obstáculo, relacionado ao parágrafo anterior, é que quase sempre os dados são apresentados de modo excessivamente agregado, genérico e até equivocado na documentação contábil (MELCHIOR, 1991, p. 273). Por exemplo, segundo o Tribunal de Contas do Distrito Federal, o governo distrital costuma lançar o pagamento de professores e outros servidores no Programa de Trabalho "Administração", e não nos programas específicos ("educação de 0 a 6 anos", "ensino fundamental", "ensino médio" etc.) (DAVIES, 2001b). Esta dificuldade foi também constatada por COSTA (2001, pp. 77-78) no estudo dos gastos com o ensino médio de vários governos estaduais: "na prática, o total de recursos aplicados no ensino médio é superior ao efetivamente declarado. Isso porque parte dos gastos com ensino médio acaba sendo incorporada ao ensino fundamental, em função de dificuldades operacionais em

separá-los. Esse é o caso, por exemplo, de gastos com professores.”

A distorção dos dados pode ter origem em uma nova classificação das despesas. Segundo Ribeiro (2001), o aumento significativo das despesas do governo federal com o ensino fundamental se deveu a dois fatores, um deles a transferência da Alimentação Escolar do programa 075 (Saúde) para o programa 042 (Ensino Fundamental).

Outra distorção dos dados pode ser provocada pela dupla contagem dos gastos. Barjas Negri (NEGRI, 1997, p. 7), que ocupou cargo no MEC no governo de Fernando Henrique Cardoso, registrou grande controvérsia sobre o quanto se gasta com educação no Brasil, e atribuiu a discrepância entre o IBGE (3,7% em 1990) e a UNESCO (4,6% em 1989) sobre o percentual do PIB gasto em educação no Brasil a grave equívoco metodológico de:

dupla contagem dos gastos, sem a devida dedução das transferências intragovernamentais destinadas à educação, do governo federal para os governos estaduais e municipais, e dos governos estaduais para os governos municipais. Isso pode ter elevado indevidamente a estimativa do percentual do PIB, inflacionando os dados da Unesco.

Esta dupla contagem foi também constatada por um dos maiores especialistas no assunto (MELCHIOR, 1997, p. 19), acontecendo pelo menos em dois anos. Uma em 1987, quando cerca de 72% (Cz\$ 74,5 bilhões de um total de Cz\$ 103,4 bilhões) dos supostos gastos federais no então 1º grau foram transferências constitucionais (impostos e salário-educação) para Estados e municípios (FAGNANI & QUADROS, 1991, p. 148). Outra foi em 1999, quando contabilizou as transferências federais (FPM, FPE, LC 87/96 e IPI-exportação) no âmbito do Fundef, de R\$ 4,9 bilhões, como se fossem suas despesas no ensino fundamental, que, sem esse artifício, cairiam de R\$ 8,095 bilhões para R\$ 3,1 bilhões, conforme aponta o Relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas federais de 1999 (BRASIL. TCU. 2000, p. 416).

É interessante constatar que o aumento da execução financeira com o ensino fundamental, código 042, no exercício de 1999, foi proporcionado pelo artifício utilizado pelo Executivo de incluir o Fundef nesse programa, que até 1998 estava classificado como programação a cargo de estados e municípios, código 038. Importa ressaltar que, excluídos os R\$ 4,9 bilhões do Fundef, os valores do

programa “Ensino Fundamental” caem para R\$ 3,1 bilhões, inferiores à quantia aplicada em 1998.

Em síntese, estas são algumas das dificuldades para lidar com os dados educacionais (basicamente matrículas e receitas e despesas em educação).

FUNDEB NÃO CUMPRE O QUE PROMETE: MATRÍCULAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DIMINUÍRAM DE 2006 A 2015, PORÉM MATRÍCULAS PRIVADAS CRESCERAM

Ao contrário do esperado do Fundeb, os números mostram que ele não manteve nem desenvolveu a educação básica, pelo menos no sentido de número de matrículas **públicas**, conforme mostra a tabela 1, abaixo.

As estaduais diminuíram de 23.175.567, em 2006 (ano anterior à implantação do Fundeb), para 16.548.708, em 2015, uma queda de 6.626.859 (-28,6%). A região que mais perdeu matrículas foi o Nordeste, cujas matrículas estaduais caíram de 5.546.013, em 2006, para 3.402.823, em 2015, um declínio de 2.143.190 (-38,6%), o que é estranho porque o Nordeste é a região com a maior ou segunda maior deficiência educacional quantitativa e qualitativa no Brasil e também porque foi onde o número de matrículas municipais mais diminuiu no período.

Tabela 1 - Total de matrículas nacionais e estaduais no Brasil, por região e Estado, % de participação e evolução numérica e percentual de 2006 a 2015

	Total nacional de matrículas estaduais, municipais e privadas na educação básica no Brasil, por região e estado em 2006 e 2015		Total de matrículas estaduais no Brasil, por região e estado, % de participação e evolução numérica e percentual de 2006 a 2015					
	2006 (a)	2015 (b)	2.006 (c)	% part. (d)	2015 (e)	Evolução (f) = (e) – (c)	% part. (g)	Ev. % (h)
Brasil	55.764.926	48.420.282	23.175.567	41,6	16.548.708	-6.626.859	34,18	-28,6
Norte	5.357.311	5.032.916	2.256.902	42,1	1.855.654	-401.248	36,87	-17,8
Rondônia	495.475	450.804	263.857	53,3	228.467	-35.390	50,68	-13,4
Acre	257.581	269.937	162.323	63,0	158.191	-4.132	58,6	-2,5
Amazonas	1.222.478	1.169.653	536.613	43,9	467.031	-69.582	39,93	-13,0
Roraima	141.006	145.912	103.714	73,6	73.068	-30.646	50,08	-29,5

Pará	2.562.720	2.364.558	791.204	30,9	621.106	-170.098	26,27	-21,5
Amapá	233.036	228.048	157.849	67,7	131.708	-26.141	57,75	-16,6
Tocantins	445.015	404.004	241.342	54,2	176.083	-65.259	43,58	-27,0
Nordeste	18.027.103	14.281.756	5.546.013	30,8	3.402.823	-2.143.190	23,83	-38,6
Maranhão	2.443.954	2.057.339	572.769	23,4	364.533	-208.236	17,72	-36,4
Piauí	1.145.783	880.945	370.003	32,3	221.995	-148.008	25,2	-40,0
Ceará	2.875.182	2.218.604	711.269	24,7	432.014	-279.255	19,47	-39,3
R. G. do Norte	1.031.275	840.995	390.031	37,8	245.641	-144.390	29,21	-37,0
Paraíba	1.286.780	990.725	489.876	38,1	292.869	-197.007	29,56	-40,2
Pernambuco	2.809.542	2.279.174	962.857	34,3	611.860	-350.997	26,85	-36,5
Alagoas	1.058.546	883.218	303.004	28,6	196.090	-106.914	22,2	-35,3
Sergipe	649.734	550.546	243.515	37,5	164.256	-79.259	29,84	-32,5
Bahia	4.726.307	3.580.210	1.502.689	31,8	873.565	-629.124	24,4	-41,9
Sudeste	21.321.272	19.119.402	9.754.494	45,8	7.085.305	-2.669.189	37,06	-27,4
Minas Gerais	5.233.170	4.569.267	2.625.808	50,2	2.087.852	-537.956	45,69	-20,5
Espírito Santo	942.316	892.129	328.755	34,9	270.821	-57.934	30,36	-17,6
Rio de Janeiro	4.191.798	3.569.522	1.490.137	35,5	772.773	-717.364	21,65	-48,1
São Paulo	10.953.988	10.088.484	5.309.794	48,5	3.953.859	-1.355.935	39,19	-25,5
Sul	7.157.517	6.378.394	3.576.215	50,0	2.601.027	-975.188	40,78	-27,3
Paraná	2.784.394	2.555.058	1.359.787	48,8	1.090.456	-269.331	42,68	-19,8
Santa Catarina	1.703.209	1.506.164	846.976	49,7	537.551	-309.425	35,69	-36,5
R. G. do Sul	2.669.914	2.317.172	1.369.452	51,3	973.020	-396.432	41,99	-28,9
Centro-Oeste	3.901.723	3.607.814	2.041.943,00	52,3	1.603.899	-438.044	44,46	-21,5
M. G. do Sul	702.811	673.380	318.963	45,4	249.415	-69.548	37,04	-21,8
Mato Grosso	924.009	849.849	476.515	51,6	409.154	-67.361	48,14	-14,1
Goiás	1.590.467	1.424.156	728.134	45,8	490.006	-238.128	34,41	-32,7
Distrito Federal	684.436	660.429	518.331	75,7	455.324	-63.007	68,94	-12,2

Fontes: Censos escolares de 2006 e 2015 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e cálculos efetuados pelo autor.

O surpreendente é que, conforme mostra a tabela 2, a seguir, a rede estadual do RJ foi a que mais diminuiu (-48%) de todas as estaduais entre 2006 e 2015, muito mais do que a redução média nacional (-28,6%) e do Sudeste (-27,4%) e se tornou a terceira menor do Brasil, embora o governo estadual tenha a terceira maior receita estadual de impostos do Brasil, depois de São Paulo e Minas Gerais.

Tabela 2 - Classificação percentual das redes estaduais que mais perderam matrículas na educação básica de 2006 a 2015

	Diminuição de matrículas de 2006 a 2015	% part. da rede estadual no total no Estado	Ev. %
Rio de Janeiro	-717.364	21,65	-48,1
Bahia	-629.124	24,4	-41,9
Paraíba	-197.007	29,56	-40,2
Piauí	-148.008	25,2	-40,0
Ceará	-279.255	19,47	-39,3
R. G. do Norte	-144.390	29,21	-37,0
Pernambuco	-350.997	26,85	-36,5
Santa Catarina	-309.425	35,69	-36,5
Maranhão	-208.236	17,72	-36,4
Alagoas	-106.914	22,2	-35,3
Goiás	-238.128	34,41	-32,7
Sergipe	-79.259	29,84	-32,5
Roraima	-30.646	50,08	-29,5
R. G. do Sul	-396.432	41,99	-28,9
Tocantins	-65.259	43,58	-27,0
São Paulo	-1.355.935	39,19	-25,5
M. G. do Sul	-69.548	37,04	-21,8
Pará	-170.098	26,27	-21,5
Minas Gerais	-537.956	45,69	-20,5
Paraná	-269.331	42,68	-19,8
Espírito Santo	-57.934	30,36	-17,6
Amapá	-26.141	57,75	-16,6
Mato Grosso	-67.361	48,14	-14,1
Rondônia	-35.390	50,68	-13,4
Amazonas	-69.582	39,93	-13,0
Distrito Federal	-63.007	68,94	-12,2
Acre	-4.132	58,6	-2,5

Fontes: Censos escolares de 2006 e 2015 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e cálculos efetuados pelo autor.

A tabela 3, a seguir, mostra a redução do número de matrículas estaduais na educação básica de 2006 a 2015 e o seu percentual de participação no total no Estado em 2015, sendo que a do RJ se tornou em 2015 a terceira menor rede estadual em termos percentuais, com 21,6%, uma grande queda em relação a 2006, quando detinha 35,5% do total de matrículas na educação básica no Estado e era a oitava menor do Brasil.

Tabela 3 - Classificação crescente (da menor para a maior) das redes estaduais em % de matrículas na educação básica em 2015

	Diminuição de matrículas estaduais de 2006 a 2015	% part. da rede estadual no total no Estado em 2015
Maranhão	-208.236	17,72
Ceará	-279.255	19,47
Rio de Janeiro	-717.364	21,65
Alagoas	-106.914	22,2
Bahia	-629.124	24,4
Piauí	-148.008	25,2
Pará	-170.098	26,27
Pernambuco	-350.997	26,85
R. G. do Norte	-144.390	29,21
Paraíba	-197.007	29,56
Sergipe	-79.259	29,84
Espírito Santo	-57.934	30,36
Goiás	-238.128	34,41
Santa Catarina	-309.425	35,69
M. G. do Sul	-69.548	37,04
São Paulo	-1.355.935	39,19
Amazonas	-69.582	39,93
R. G. do Sul	-396.432	41,99
Paraná	-269.331	42,68
Tocantins	-65.259	43,58
Minas Gerais	-537.956	45,69
Mato Grosso	-67.361	48,14
Roraima	-30.646	50,08
Rondônia	-35.390	50,68
Amapá	-26.141	57,75
Acre	-4.132	58,6
Distrito Federal	-63.007	68,94

Fontes: Censos escolares de 2006 e 2015 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e cálculos efetuados pelo autor.

A tabela 4, a seguir, mostra que, ao contrário do que ocorreu nas redes estaduais e municipais no período, a rede privada cresceu em percentuais muito variáveis em todos os Estados, desde o mínimo de 4,2% no Acre e em Roraima, até o máximo de 30,% no Rio de Janeiro, onde a rede privada era proporcionalmente, a maior do Brasil em 2015, com 31,35% do total no Estado, sendo que em 2006 era a segunda maior, com 20,4% (ver coluna 6 - % part.). Os únicos Estados onde a rede

estadual diminuiu foram o Espírito Santo e o Piauí.

Tabela 4 - Classificação percentual (da maior para a menor) das redes privadas com maior participação na educação básica no Brasil em 2015

Unidade da Federação	Total privado					
	2.006	% part. 2006	2.015	Evolução	% part. 2015	Ev. %
Rio de Janeiro	856.835	20,4	1.119.028	262.193	31,35	30,6
Distrito Federal	166.105	24,3	205.105	39.000	31,06	23,5
Pernambuco	450.885	16,0	533.111	82.226	23,39	18,2
São Paulo	1.765.016	16,1	2.320.807	555.791	23	31,5
Sergipe	71.909	11,1	118.637	46.728	21,55	65,0
R. G. do Norte	146.724	14,2	177.209	30.485	21,07	20,8
Goiás	250.625	15,8	296.190	45.565	20,8	18,2
Ceará	392.497	13,7	452.718	60.221	20,41	15,3
Paraíba	140.837	10,9	191.205	50.368	19,3	35,8
R. G. do Sul	352.080	13,2	415.590	63.510	17,94	18,0
Paraná	365.869	13,1	451.002	85.133	17,65	23,3
Santa Catarina	214.322	12,6	254.710	40.388	16,91	18,8
Alagoas	91.720	8,7	139.885	48.165	15,84	52,5
Minas Gerais	666.520	12,7	715.028	48.508	15,65	7,3
Bahia	427.841	9,1	521.435	93.594	14,56	21,9
M. G. do Sul	83.866	11,9	92.184	8.318	13,69	9,9
Espírito Santo	130.376	13,8	116.912	-13.464	13,1	-10,3
Piauí	123.711	10,8	114.336	-9.375	12,98	-7,6
Mato Grosso	76.000	8,2	104.122	28.122	12,25	37,0
Maranhão	218.330	8,9	238.895	20.565	11,61	9,4
Roraima	6.665	4,7	16.128	9.463	11,05	142,0
Amapá	21.842	9,4	24.398	2.556	10,7	11,7
Tocantins	30.840	6,9	40.109	9.269	9,93	30,1
Pará	158.436	6,2	233.549	75.113	9,88	47,4
Rondônia	40.811	8,2	42.650	1.839	9,46	4,5
Amazonas	83.473	6,8	109.510	26.037	9,36	31,2
Acre	12.068	4,7	13.279	1.211	4,92	10,0

Fontes: Censos escolares de 2006 e 2015 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e cálculos efetuados pelo autor.

A tabela 5, a seguir, mostra a evolução numérica e percentual das matrículas municipais na educação básica no Brasil em 2006 e 2015, bem como sua participação percentual no total de cada Estado em 2015 e sua evolução percentual em 2015 na comparação com 2006. Enquanto as redes municipais de 18 Estados diminuíram, com

percentuais variando de -24,7% (Ceará) a -1,5% (Amazonas), as de 8 Estados aumentaram, com percentuais variando de +4,3% (Goiás) a +85,2% (Roraima). O que mais chama atenção é que as redes municipais que mais diminuíram são todas do Nordeste, onde as carências educacionais são maiores do que em outras regiões e onde um grande número de prefeituras, provavelmente a imensa maioria, foram bastante beneficiadas com a complementação federal para o Fundeb (mais de R\$ 10 bilhões anuais atualmente) e com as perdas dos governos estaduais em consequência da sistemática do Fundeb. Curiosamente, as prefeituras que menos reduziram as matrículas foram as de regiões e estados que não receberam a bilionária complementação federal para o Fundeb desde 2007.

Tabela 5 - Classificação percentual (da maior para a menor) das redes municipais que mais diminuíram em número de matrículas na educação básica no Brasil de 2006 a 2015

Unidade da Federação	Total municipal				
	2.006	2015	Evolução	% part. 2015	Ev. %
Ceará	1.771.416	1.333.872	-437.544	60,12	-24,7
Paraíba	656.067	506.651	-149.416	51,14	-22,8
Bahia	2.795.777	2.185.210	-610.567	61,04	-21,8
Sergipe	334.310	267.653	-66.657	48,62	-19,9
Pernambuco	1.395.800	1.134.203	-261.597	49,76	-18,7
Alagoas	663.822	547.243	-116.579	61,96	-17,6
Piauí	652.069	544.614	-107.455	61,82	-16,5
R. G. do Norte	494.520	418.145	-76.375	49,72	-15,4
Maranhão	1.652.855	1.453.911	-198.944	70,67	-12,0
Mato Grosso	371.494	336.573	-34.921	39,6	-9,4
Rio de Janeiro	1.844.826	1.677.721	-167.105	47	-9,1
Minas Gerais	1.940.842	1.766.387	-174.455	38,66	-9,0
Pará	1.613.080	1.509.903	-103.177	63,86	-6,4
Rondônia	190.807	179.687	-11.120	39,86	-5,8
Paraná	1.058.738	1.013.600	-45.138	39,67	-4,3
R. G. do Sul	948.382	928.562	-19.820	40,07	-2,1
São Paulo	3.879.178	3.813.818	-65.360	37,8	-1,7
Amazonas	602.392	593.112	-9.280	50,71	-1,5
Goiás	611.708	637.960	26.252	44,8	4,3
Espírito Santo	483.185	504.396	21.211	56,54	4,4
Tocantins	172.833	187.812	14.979	46,49	8,7

M. G. do Sul	299.982	331.781	31.799	49,27	10,6
Santa Catarina	641.911	713.903	71.992	47,4	11,2
Acre	83.190	98.467	15.277	36,48	18,4
Amapá	53.345	71.942	18.597	31,55	34,9
Roraima	30.627	56.716	26.089	38,87	85,2

Fontes: Censos escolares de 2006 e 2015 do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) e cálculos efetuados pelo autor.

O que explica a diminuição das matrículas públicas, sobretudo quando se considera que a população cresceu no período? Uma hipótese levantada foi a de redução da taxa de natalidade, o que não me parece convincente porque, neste caso, a diminuição das matrículas teria de ter acontecido de maneira semelhante em todas as redes estaduais e municipais e também nas redes privadas, o que não ocorreu. Outra hipótese foi a de maior rigor, por parte do INEP, na verificação dos dados de matrículas lançados pelos governos, evitando, por exemplo, a duplicidade de matrículas. Tal hipótese tampouco me parece convincente porque este rigor teria se manifestado em todas ou pelo menos em um grande número de redes públicas. O que esta redução pode revelar? De qualquer modo, o Fundeb não cumpriu o que prometeu, ou seja, não manteve nem desenvolveu (pelo menos no sentido de evolução de matrículas) a educação básica pública no período.

A PARTICIPAÇÃO BASTANTE DESIGUAL DAS REDES ESTADUAL, MUNICIPAIS E PRIVADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM 2015 EM CADA MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

As tabelas abaixo confirmam o meu estudo anterior (DAVIES, 2009), que mostrava a enorme desigualdade de participação das redes estadual, municipais e privadas na educação básica no Rio de Janeiro em 2006. A tabela 6 registra o total de matrículas de cada rede e o percentual de participação de cada uma no município.

Tabela 6 - Número de matrículas estaduais, municipais e privadas na educação básica no Rio de Janeiro em 2015 e % de participação em relação ao total no município

Município	Total sem federais	Estadual	% do total	Municipal	% do total	Privada	% do total
Total	3567952	772354	21,65	1677593	47,02	1118005	31,33
Angra dos Reis	39676	11119	28,02	20495	51,66	8062	20,32

Aperibé	1986	544	27,39	1304	65,66	138	6,95
Araruama	30221	3598	11,91	20665	68,38	5958	19,71
Areal	2377	351	14,77	1927	81,07	99	4,16
Armação dos Búzios	9667	839	8,68	7517	77,76	1311	13,56
Arraial do Cabo	8458	1934	22,87	5142	60,79	1382	16,34
Barra do Pirai	18680	5673	30,37	8618	46,13	4389	23,50
Barra Mansa	36560	9499	25,98	19411	53,09	7650	20,92
Belford Roxo	93257	26944	28,89	39883	42,77	26430	28,34
Bom Jardim	5895	1773	30,08	2775	47,07	1347	22,85
Bom Jesus do Itabapoana	8529	3182	37,31	3478	40,78	1869	21,91
Cabo Frio	48372	5545	11,46	34426	71,17	8401	17,37
Cachoeiras de Macacu	13321	4036	30,30	7145	53,64	2140	16,06
Cambuci	2925	1069	36,55	1422	48,62	434	14,84
Campos dos Goytacazes	120902	32073	26,53	52183	43,16	36646	30,31
Cantagalo	4116	1393	33,84	2279	55,37	444	10,79
Carapebus	3009	443	14,72	2359	78,40	207	6,88
Cardoso Moreira	3067	568	18,52	2072	67,56	427	13,92
Carmo	4094	1646	40,21	1774	43,33	674	16,46
Casimiro de Abreu	11437	2429	21,24	6721	58,77	2287	20,00
Comendador Levy Gasparian	2078	377	18,14	1582	76,13	119	5,73
Conceição de Macabu	5365	1746	32,54	2683	50,01	936	17,45
Cordeiro	5557	2061	37,09	2127	38,28	1369	24,64
Duas Barras	2682	797	29,72	1805	67,30	80	2,98
Duque de Caxias	201338	60675	30,14	77284	38,39	63379	31,48
Engenheiro Paulo de Frontin	2740	717	26,17	1766	64,45	257	9,38
Guapimirim	11306	1921	16,99	7863	69,55	1522	13,46
Iguaba Grande	6806	1511	22,20	3883	57,05	1412	20,75
Itaboraí	52949	11619	21,94	30969	58,49	10361	19,57
Itaguaí	34219	7144	20,88	20573	60,12	6502	19,00
Italva	2768	825	29,80	1439	51,99	504	18,21
Itaocara	4701	1744	37,10	1817	38,65	1140	24,25
Itaperuna	22714	6741	29,68	8281	36,46	7692	33,86
Itatiaia	6208	637	10,26	5007	80,65	564	9,09
Japeri	23969	4323	18,04	15873	66,22	3773	15,74
Laje do Muriaé	1691	646	38,20	934	55,23	111	6,56
Macaé	61615	7789	12,64	37862	61,45	15964	25,91
Macuco	1904	791	41,54	909	47,74	204	10,71
Magé	58032	12072	20,80	35045	60,39	10915	18,81
Mangaratiba	9779	1328	13,58	7602	77,74	849	8,68
Maricá	30311	5917	19,52	17148	56,57	7246	23,91
Mendes	3600	994	27,61	1947	54,08	659	18,31
Mesquita	36451	11975	32,85	13681	37,53	10795	29,62
Miguel Pereira	5948	1832	30,80	3125	52,54	991	16,66
Miracema	6315	1408	22,30	3762	59,57	1145	18,13
Natividade	3071	1063	34,61	1538	50,08	470	15,30
Nilópolis	38508	12211	31,71	10794	28,03	15503	40,26
Niterói	105905	29627	27,98	26564	25,08	49714	46,94
Nova Friburgo	42249	11715	27,73	17106	40,49	13428	31,78
Nova Iguaçu	183658	56695	30,87	61280	33,37	65683	35,76
Paracambi	8714	1862	21,37	5080	58,30	1772	20,34
Paraíba do Sul	9849	2611	26,51	6067	61,60	1171	11,89

Paraty	10281	2481	24,13	5353	52,07	2447	23,80
Paty do Alferes	6119	2523	41,23	3122	51,02	474	7,75
Petrópolis	72220	13421	18,58	38539	53,36	20260	28,05
Pinheiral	5151	571	11,09	3427	66,53	1153	22,38
Pirai	6557	1053	16,06	4832	73,69	672	10,25
Porciúncula	4069	1167	28,68	2486	61,10	416	10,22
Porto Real	4604	407	8,84	3735	81,13	462	10,03
Quatis	3088	391	12,66	2538	82,19	159	5,15
Queimados	38347	12634	32,95	13675	35,66	12038	31,39
Quissamã	5442	733	13,47	4104	75,41	605	11,12
Resende	30955	8463	27,34	13163	42,52	9329	30,14
Rio Bonito	14551	2954	20,30	8827	60,66	2770	19,04
Rio Claro	3910	1285	32,86	2625	67,14	0	0,00
Rio das Flores	2186	654	29,92	1532	70,08	0	0,00
Rio das Ostras	36556	5482	15,00	21583	59,04	9491	25,96
Rio de Janeiro	1321514	192290	14,55	637220	48,22	492004	37,23
Santa Maria Madalena	1912	209	10,93	1638	85,67	65	3,40
Santo Antônio de Pádua	10028	2693	26,85	5695	56,79	1640	16,35
São Fidélis	8250	3031	36,74	3455	41,88	1764	21,38
São Francisco de Itabapoana	11005	1755	15,95	8648	78,58	602	5,47
São Gonçalo	162903	49154	30,17	41368	25,39	72381	44,3
São João da Barra	10212	2047	20,05	7249	70,99	916	8,97
São João de Meriti	95391	33279	34,89	25520	26,75	36592	38,36
São José de Ubá	1382	614	44,43	696	50,36	72	5,21
São José do Vale do Rio Preto	3954	684	17,30	3002	75,92	268	6,78
São Pedro da Aldeia	23100	6465	27,99	12053	52,18	4582	19,84
São Sebastião do Alto	1681	616	36,64	1065	63,36	0	0,00
Sapucaia	4454	1905	42,77	2259	50,72	290	6,51
Squarema	18317	3292	17,97	12503	68,26	2522	13,77
Seropédica	21623	3857	17,84	15176	70,18	2590	11,98
Silva Jardim	5362	1007	18,78	4283	79,88	72	1,34
Sumidouro	2920	756	25,89	2057	70,45	107	3,66
Tanguá	7281	1174	16,12	5266	72,33	841	11,55
Teresópolis	38186	6841	17,91	23216	60,80	8129	21,29
Trajano de Moraes	2293	982	42,83	1311	57,17	0	0,00
Três Rios	21447	5512	25,70	10380	48,40	5555	25,90
Valença	16431	6453	39,27	8328	50,68	1650	10,04
Varre-Sai	2583	630	24,39	1644	63,65	309	11,96
Vassouras	8427	2501	29,68	3620	42,96	2306	27,36
Volta Redonda	63711	12356	19,39	35408	55,58	15947	25,03

Fontes: Censo escolar de 2015 do INEP (www.inep.gov.br) e cálculos efetuados pelo autor.

A tabela a seguir mostra a extrema desigualdade da participação estadual na educação básica nos municípios, variando desde o mínimo de 8,68% em Armação dos Búzios até o máximo de 44,43% em São José de Ubá. Vale lembrar que a média de participação estadual era em 2015 a terceira menor do Brasil, com 21,65%. Como explicar tantas diferenças? Uma explicação de longo prazo, histórica, pode ser a maior

ou menor presença estadual nos municípios. Outra, conjuntural, pode ser a maior ou menor transferência de matrículas e escolas estaduais para as prefeituras, no processo conhecido como municipalização do ensino, sobretudo o ensino fundamental mas também a educação infantil, com a alegação de que as prefeituras deveriam ser responsáveis pelo ensino fundamental, alegação infundada pois o art. 211 da Constituição Federal determina que os Estados e municípios deverão atuar prioritariamente no ensino fundamental, ou seja, a responsabilidade pelo ensino fundamental é compartilhada. Outra pode ter sido o fechamento de escolas estaduais no período.

Tabela 7 - Classificação crescente (da menor para a maior) da participação estadual na educação básica de cada município do Rio de Janeiro em 2015

Município	Estadual	% do total
Total	772354	21,65
1. Armação dos Búzios	839	8,68
2. Porto Real	407	8,84
3. Itatiaia	637	10,26
4. Santa Maria Madalena	209	10,93
5. Pinheiral	571	11,09
6. Cabo Frio	5545	11,46
7. Araruama	3598	11,91
8. Macaé	7789	12,64
9. Quatis	391	12,66
10. Quissamã	733	13,47
11. Mangaratiba	1328	13,58
12. Rio de Janeiro	192290	14,55
13. Carapebus	443	14,72
14. Areal	351	14,77
15. Rio das Ostras	5482	15,00
16. São Francisco de Itabapoana	1755	15,95
17. Piraí	1053	16,06
18. Tanguá	1174	16,12
19. Guapimirim	1921	16,99
20. São José do Vale do Rio Preto	684	17,30
21. Seropédica	3857	17,84
22. Teresópolis	6841	17,91
23. Saquarema	3292	17,97
24. Japeri	4323	18,04
25. Comendador Levy Gasparian	377	18,14
26. Cardoso Moreira	568	18,52
27. Petrópolis	13421	18,58
28. Silva Jardim	1007	18,78
29. Volta Redonda	12356	19,39

30. Maricá	5917	19,52
31. São João da Barra	2047	20,05
32. Rio Bonito	2954	20,30
33. Magé	12072	20,80
34. Itaguaí	7144	20,88
35. Casimiro de Abreu	2429	21,24
36. Paracambi	1862	21,37
37. Itaboraí	11619	21,94
38. Iguaba Grande	1511	22,20
39. Miracema	1408	22,30
40. Arraial do Cabo	1934	22,87
41. Paraty	2481	24,13
42. Varre-Sai	630	24,39
43. Três Rios	5512	25,70
44. Sumidouro	756	25,89
45. Barra Mansa	9499	25,98
46. Engenheiro Paulo de Frontin	717	26,17
47. Paraíba do Sul	2611	26,51
48. Campos dos Goytacazes	32073	26,53
49. Santo Antônio de Pádua	2693	26,85
50. Resende	8463	27,34
51. Aperibé	544	27,39
52. Mendes	994	27,61
53. Nova Friburgo	11715	27,73
54. Niterói	29627	27,98
55. São Pedro da Aldeia	6465	27,99
56. Angra dos Reis	11119	28,02
57. Porciúncula	1167	28,68
58. Belford Roxo	26944	28,89
59. Itaperuna	6741	29,68
60. Vassouras	2501	29,68
61. Duas Barras	797	29,72
62. Italva	825	29,80
63. Rio das Flores	654	29,92
64. Bom Jardim	1773	30,08
65. Duque de Caxias	60675	30,14
66. São Gonçalo	49154	30,17
67. Cachoeiras de Macacu	4036	30,30
68. Barra do Pirai	5673	30,37
69. Miguel Pereira	1832	30,80
70. Nova Iguaçu	56695	30,87
71. Nilópolis	12211	31,71
72. Conceição de Macabu	1746	32,54
73. Mesquita	11975	32,85
74. Rio Claro	1285	32,86
75. Queimados	12634	32,95
76. Cantagalo	1393	33,84
77. Natividade	1063	34,61
78. São João de Meriti	33279	34,89
79. Cambuci	1069	36,55
80. São Sebastião do Alto	616	36,64

81. São Fidélis	3031	36,74
82. Cordeiro	2061	37,09
83. Itaocara	1744	37,10
84. Bom Jesus do Itabapoana	3182	37,31
85. Laje do Muriaé	646	38,20
86. Valença	6453	39,27
87. Carmo	1646	40,21
88. Paty do Alferes	2523	41,23
89. Macuco	791	41,54
90. Sapucaia	1905	42,77
91. Trajano de Moraes	982	42,83
92. São José de Ubá	614	44,43

Fontes: Censo escolar de 2015 do INEP (www.inep.gov.br) e cálculos efetuados pelo autor.

A tabela 8, por sua vez, mostra que em vários municípios as redes municipais eram proporcionalmente pequenas ou muito pequenas na comparação percentual com as redes privadas nestes municípios. É o caso de Niterói (a menor rede municipal), São Gonçalo (a segunda menor), São João de Meriti (a terceira menor), Nilópolis (a quarta menor), Nova Iguaçu (a quinta menor), Queimados (a sexta menor), Mesquita (a oitava menor), Duque de Caxias (a décima menor). Coincidência ou não, a rede privada tinha uma enorme presença em alguns destes municípios: Niterói (a maior rede privada), São Gonçalo (a segunda maior), Nilópolis (a terceira maior), São João de Meriti (a quarta maior), Nova Iguaçu (a sexta maior), Duque de Caxias (a nona maior), Queimados (a décima maior). Contraditoriamente, algumas dessas prefeituras são as que mais arrecadam impostos em todo o Estado do Rio de Janeiro, como Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, como mostra a tabela 10. Niterói teve em 2015 a terceira maior receita de impostos (só perdeu para o Rio de Janeiro e Duque de Caxias), enquanto São Gonçalo teve a oitava maior. Além disso, as prefeituras da Baixada Fluminense tiveram ganhos significativos com o Fundef e também agora com o Fundeb. Se estas prefeituras têm receitas significativas, porém as menores redes de ensino, para onde foram/vão os recursos da educação? O mistério é maior ainda porque as prefeituras da Baixada Fluminenses tiveram ganhos significativos com o Fundef desde 1998 e vêm tendo ganhos com o Fundeb desde 2007. Portanto, não é por falta de recursos que deixaram de ter uma presença educacional maior.

A maior ou menor omissão dessas e outras prefeituras e também do governo estadual, como visto acima, na educação básica e seu provável conluio com os donos

de escolas particulares fica mais visível quando se comparam os percentuais de participação municipal e privada de cada município com os percentuais médios municipais e privados no Estado. Enquanto a média municipal no Estado é de 47,02% (ver tabela 6), nos seguintes municípios o percentual é bem inferior: Niterói (25,08%), São Gonçalo (25,39%), São João de Meriti (26,75%), Nilópolis (28,03%), Nova Iguaçu (33,37%), Queimados (35,66%), Mesquita (37,53%). A participação municipal varia desde o mínimo em Niterói (25,08%) até o máximo em Santa Maria Madalena (85,6%).

Tabela 8 - Classificação percentual (da menor para a maior) das redes municipais do Rio de Janeiro na educação básica em 2015

Município	No. matrículas municipais	% de participação
1. Niterói	26564	25,08
2. São Gonçalo	41368	25,39
3. São João de Meriti	25520	26,75
4. Nilópolis	10794	28,03
5. Nova Iguaçu	61280	33,37
6. Queimados	13675	35,66
7. Itaperuna	8281	36,46
8. Mesquita	13681	37,53
9. Cordeiro	2127	38,28
10. Duque de Caxias	77284	38,39
11. Itaocara	1817	38,65
12. Nova Friburgo	17106	40,49
13. Bom Jesus do Itabapoana	3478	40,78
14. São Fidélis	3455	41,88
15. Resende	13163	42,52
16. Belford Roxo	39883	42,77
17. Vassouras	3620	42,96
18. Campos dos Goytacazes	52183	43,16
19. Carmo	1774	43,33
20. Barra do Pirai	8618	46,13
21. Bom Jardim	2775	47,07
22. Macuco	909	47,74
23. Rio de Janeiro	637220	48,22
24. Três Rios	10380	48,40
25. Cambuci	1422	48,62
26. Conceição de Macabu	2683	50,01
27. Natividade	1538	50,08
28. São José de Ubá	696	50,36
29. Valença	8328	50,68
30. Sapucaia	2259	50,72
31. Paty do Alferes	3122	51,02
32. Angra dos Reis	20495	51,66
33. Italva	1439	51,99
34. Paraty	5353	52,07
35. São Pedro da Aldeia	12053	52,18

36.	Miguel Pereira	3125	52,54
37.	Barra Mansa	19411	53,09
38.	Petrópolis	38539	53,36
39.	Cachoeiras de Macacu	7145	53,64
40.	Mendes	1947	54,08
41.	Laje do Muriaé	934	55,23
42.	Cantagalo	2279	55,37
43.	Volta Redonda	35408	55,58
44.	Maricá	17148	56,57
45.	Santo Antônio de Pádua	5695	56,79
46.	Iguaba Grande	3883	57,05
47.	Trajano de Moraes	1311	57,17
48.	Paracambi	5080	58,30
49.	Itaboraí	30969	58,49
50.	Casimiro de Abreu	6721	58,77
51.	Rio das Ostras	21583	59,04
52.	Miracema	3762	59,57
53.	Itaguaí	20573	60,12
54.	Magé	35045	60,39
55.	Rio Bonito	8827	60,66
56.	Arraial do Cabo	5142	60,79
57.	Teresópolis	23216	60,80
58.	Porciúncula	2486	61,10
59.	Macaé	37862	61,45
60.	Paraíba do Sul	6067	61,60
61.	São Sebastião do Alto	1065	63,36
62.	Varre-Sai	1644	63,65
63.	Engenheiro Paulo de Frontin	1766	64,45
64.	Aperibé	1304	65,66
65.	Japeri	15873	66,22
66.	Pinheiral	3427	66,53
67.	Rio Claro	2625	67,14
68.	Duas Barras	1805	67,30
69.	Cardoso Moreira	2072	67,56
70.	Saquarema	12503	68,26
71.	Araruama	20665	68,38
72.	Guapimirim	7863	69,55
73.	Rio das Flores	1532	70,08
74.	Seropédica	15176	70,18
75.	Sumidouro	2057	70,45
76.	São João da Barra	7249	70,99
77.	Cabo Frio	34426	71,17
78.	Tanguá	5266	72,33
79.	Piraí	4832	73,69
80.	Quissamã	4104	75,41
81.	São José do Vale do Rio Preto	3002	75,92
82.	Comendador Levy Gasparian	1582	76,13
83.	Mangaratiba	7602	77,74
84.	Armação dos Búzios	7517	77,76
85.	Carapebus	2359	78,40
86.	São Francisco de Itabapoana	8648	78,58

87.	Silva Jardim	4283	79,88
88.	Itatiaia	5007	80,65
89.	Areal	1927	81,07
90.	Porto Real	3735	81,13
91.	Quatis	2538	82,19
92.	Santa Maria Madalena	1638	85,67

Fontes: Censo escolar de 2015 do INEP (www.inep.gov.br) e cálculos efetuados pelo autor.

Já a média privada no Estado é bem inferior (31,33%) ao percentual privado nestes municípios, conforme mostra a tabela 6, acima. No entanto, a tabela 9, a seguir, mostra que este percentual varia muito, desde o máximo em Niterói (46,9%) até sua inexistência em 4 municípios.

Tabela 9- Classificação percentual decrescente (da maior para a menor) das redes privadas na educação básica em cada município do Rio de Janeiro em 2015

Município	No. de matrículas privadas	% de participação
1. Niterói	49714	46,94
2. São Gonçalo	72381	44,43
3. Nilópolis	15503	40,26
4. São João de Meriti	36592	38,36
5. Rio de Janeiro	492004	37,23
6. Nova Iguaçu	65683	35,76
7. Itaperuna	7692	33,86
8. Nova Friburgo	13428	31,78
9. Duque de Caxias	63379	31,48
10. Queimados	12038	31,39
11. Campos dos Goytacazes	36646	30,31
12. Resende	9329	30,14
13. Mesquita	10795	29,62
14. Belford Roxo	26430	28,34
15. Petrópolis	20260	28,05
16. Vassouras	2306	27,36
17. Rio das Ostras	9491	25,96
18. Macaé	15964	25,91
19. Três Rios	5555	25,90
20. Volta Redonda	15947	25,03
21. Cordeiro	1369	24,64
22. Itaocara	1140	24,25
23. Maricá	7246	23,91
24. Paraty	2447	23,80
25. Barra do Pirai	4389	23,50
26. Bom Jardim	1347	22,85
27. Pinheiral	1153	22,38
28. Bom Jesus do Itabapoana	1869	21,91
29. São Fidélis	1764	21,38
30. Teresópolis	8129	21,29

31.	Barra Mansa	7650	20,92
32.	Iguaba Grande	1412	20,75
33.	Paracambi	1772	20,34
34.	Angra dos Reis	8062	20,32
35.	Casimiro de Abreu	2287	20,00
36.	São Pedro da Aldeia	4582	19,84
37.	Araruama	5958	19,71
38.	Itaboraí	10361	19,57
39.	Rio Bonito	2770	19,04
40.	Itaguaí	6502	19,00
41.	Magé	10915	18,81
42.	Mendes	659	18,31
43.	Italva	504	18,21
44.	Miracema	1145	18,13
45.	Conceição de Macabu	936	17,45
46.	Cabo Frio	8401	17,37
47.	Miguel Pereira	991	16,66
48.	Carmo	674	16,46
49.	Santo Antônio de Pádua	1640	16,35
50.	Arraial do Cabo	1382	16,34
51.	Cachoeiras de Macacu	2140	16,06
52.	Japeri	3773	15,74
53.	Natividade	470	15,30
54.	Cambuci	434	14,84
55.	Cardoso Moreira	427	13,92
56.	Saquarema	2522	13,77
57.	Armação dos Búzios	1311	13,56
58.	Guapimirim	1522	13,46
59.	Seropédica	2590	11,98
60.	Varre-Sai	309	11,96
61.	Paraíba do Sul	1171	11,89
62.	Tanguá	841	11,55
63.	Quissamã	605	11,12
64.	Cantagalo	444	10,79
65.	Macuco	204	10,71
66.	Piraí	672	10,25
67.	Porciúncula	416	10,22
68.	Valença	1650	10,04
69.	Porto Real	462	10,03
70.	Engenheiro Paulo de Frontin	257	9,38
71.	Itatiaia	564	9,09
72.	São João da Barra	916	8,97
73.	Mangaratiba	849	8,68
74.	Paty do Alferes	474	7,75
75.	Aperibé	138	6,95
76.	Carapebus	207	6,88
77.	São José do Vale do Rio Preto	268	6,78
78.	Laje do Muriaé	111	6,56
79.	Sapucaia	290	6,51
80.	Comendador Levy Gasparian	119	5,73
81.	São Francisco de Itabapoana	602	5,47

82.	São José de Ubá	72	5,21
83.	Quatis	159	5,15
84.	Areal	99	4,16
85.	Sumidouro	107	3,66
86.	Santa Maria Madalena	65	3,40
87.	Duas Barras	80	2,98
88.	Silva Jardim	72	1,34
89.	Rio Claro	0	0,00
90.	Rio das Flores	0	0,00
91.	São Sebastião do Alto	0	0,00
92.	Trajano de Moraes	0	0,00

Fontes: Censo escolar de 2015 do INEP (www.inep.gov.br) e cálculos efetuados pelo autor.

Tabela 10 - Relação entre receita de impostos (sobre a qual incidem os 25% vinculados constitucionalmente à educação), despesas **declaradas** em educação e valor hipotético gasto por matrícula nas redes municipais mencionadas abaixo em 2015

Prefeitura	No. matrículas na educação básica (a)	Receita de impostos (não inclui todas as receitas vinculadas à educação e os ganhos com o Fundeb)	Despesas declaradas em educação (b)	Valor hipotético por matrícula: (c) = (b)/(a)
Rio de Janeiro	637220	13.423.254.662,51	5.679.604.511,37	8913
Duque de Caxias	77284	1.322.627.492,62	621.458.710,74	8041
Niterói	26564	1.110.233.919,72	323.547.878,72	12180
Macaé	37862	1.030.834.662,51	433.750.767,56	11456
Campos dos Goytacazes	52183	603.306.775,18	334.607.307,58	6412
Nova Iguaçu	61280	456.680.876,03	314.805.338,99	5137
Volta Redonda	35408	454.289.684	180.088.022	5086
São Gonçalo	41368	452.787.357,40	238.869.397,91	5774
Petrópolis	38539	441.427.272,55	225.315.127,90	5846

Fontes: (a) Número de matrículas: Censo de 2015 do INEP; (b) receita de impostos e despesas em 2015: Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Educação (SIOPE), disponível no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e (c) cálculos efetuados pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto acima procurou mostrar que as estatísticas educacionais precisam ser tratadas com muita cautela, pois os documentos oficiais deixam muito a desejar, por incompetência e/ou má fé das autoridades ou técnicos responsáveis. Entretanto, mesmo com todas as ressalvas a tais estatísticas, é possível, com base nelas, traçar um quadro da situação educacional. Foi o que fizemos ao mostrar a evolução das

matrículas estaduais, municipais e privadas na educação básica no Brasil de 2006 a 2015. Contradizendo o pretendido pelo Fundeb, as matrículas estaduais e municipais diminuíram no Brasil como um todo, porém as privadas cresceram. O mais grave é que o Nordeste foi a região com maior queda de matrículas estaduais e municipais, apesar de padecer de enormes deficiências quantitativas e qualitativas em educação. Surpreendentemente, a rede estadual do RJ foi a que mais diminuiu no período (-48%), apesar de o governo estadual ter a terceira maior receita de impostos do Brasil. Coincidência ou não, a rede privada no RJ teve um grande crescimento e passou a ser a maior no Brasil em termos percentuais, superando, em termos percentuais, a própria rede estadual. O Rio de Janeiro passou a ser o único Estado em que a rede privada é maior do que a estadual. O estudo mostra também a participação das redes estadual, municipais e privadas na educação básica em 2015 de cada município do RJ, confirmando estudo anterior, que apontava, entre outras coisas, uma participação muito desigual destas redes nos municípios. As prefeituras de Niterói, São Gonçalo e vários da Baixada Fluminense, apesar de terem receitas significativas e/ou ganhos significativos com o Fundef e o Fundeb, têm proporcionalmente uma presença relativamente pequena, contribuindo, pela omissão e/ou conluio com o setor privado, para a participação privada relativamente grande em relação à média do Estado.

Em síntese, as estatísticas, com todos os seus problemas, indicam o fracasso do Fundeb, o descompromisso do governo estadual do RJ com a educação pública e seu conluio com a educação privada, o mesmo acontecendo com muitas prefeituras fluminenses.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. FNDE. Receitas de impostos e despesas de Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Volta Redonda em 2015. Disponível em Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Educação (SIOPE). Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL. MEC. Inep. **Censo escolar de 1997**. Brasília, 1998. Disponível em <www.inep.gov.br> Acesso em: nov. 2016.

BRASIL. MEC. Inep. **Censo escolar de 1998**. Brasília, 1999. Disponível em <www.inep.gov.br> Acesso em: ago. 2005.

BRASIL. MEC. Inep. **Censo escolar de 2001**. Brasília, 2002. Disponível em <www.inep.gov.br> Acesso em: ago. 2005.

BRASIL. MEC. Inep. **Censo Escolar de 2006**. Brasília, 2007. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL. MEC. Inep. **Censo Escolar de 2015**. Brasília, 2016. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório sobre as contas do governo federal em 1999**. Brasília, DF: TCU, 2000.

COSTA, Vera Lúcia Cabral. Financiamento e gasto com o ensino médio no Brasil. Brasília, **Em Aberto**, n. 74, dez. 2001.

DAVIES, Nicholas. A privatização por omissão: a participação das redes estadual e municipais de educação básica no Rio de Janeiro em 2006 na comparação com as redes privadas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.42-63, mar.2009.

DAVIES, Nicholas. **O financiamento da educação estatal: novos ou velhos desafios?** São Paulo: Xamã, 2004.

DAVIES, Nicholas. **O Fundef e as verbas da educação**. São Paulo: Xamã, 2001a.

DAVIES, Nicholas. **O Tribunal de Contas e a educação: quem controla o fiscalizador dos recursos?** Brasília: Plano, 2001b.

Escolas podem estar aumentando número de matriculados, diz MEC. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7/10/03.

Estado controlará verbas de escolas. Cadastramento deve acabar com alunos fantasmas. **O Globo**, Rio de Janeiro, **Jornal do Brasil**, p. 15, 26/5/97.

Estado do Rio atrasa e erra no censo escolar. MEC ajuda a corrigir falhas e secretaria culpa digitação, mas há risco de prejuízo na distribuição de recursos. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 16, 12/10/00.

FAGNANI, Eduardo & QUADROS, Waldemar Luís de. "Governo federal e financiamento da educação na Nova República". In: VELLOSO, Jacques (org.). **Universidade pública** – Política, desempenho, perspectivas. Campinas: Papyrus, 1991.

GRACIOSA, José Gomes (conselheiro do TCE do Rio). **Fundef**. Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado, junho 1999.

MARTINE, George. **O Mercado de Trabalho para Professores de Primeiro e Segundo Grau: a Evolução na Década de 80**. Brasília: Inep. Série Documental: Relatos de Pesquisa, n.2 A, fev. 1994.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. Financiamento da educação e gestão democrática dos recursos financeiros públicos em educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 72, n. 172, set./dez. 1991.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil**. Campinas: Editora Autores Associados, 1997.

NEGRI, Barjas. **Financiamento da Educação no Brasil**. Brasília: Inep, 1997.

Os fantasmas do ensino público. Censo Escolar 99 tinha 115 mil alunos inexistentes. No Rio de Janeiro, 5.964 alunos fantasmas. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 3, 16/1/00.

Os números de mais uma discórdia. Conde afirma que vai proibir o estado de fazer recastamento em escolas da prefeitura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1/6/97.

RIBEIRO, José Aparecido Carlos. Financiamento e gasto do Ministério da Educação nos anos 90. **Em Aberto**, Brasília, n. 74, dez. 2001.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, São Paulo, maio/agosto 1991.

RIO DE JANEIRO. CIDE. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 1999-2000**. Rio de Janeiro: CIDE, 2001.

RIO DE JANEIRO. CIDE. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 1998**. Rio de Janeiro: CIDE, 1999.

RIO DE JANEIRO. CIDE. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 1997**. Rio de Janeiro: CIDE, 1998.

RJ tem alto índice de matrículas frias. Das 92 mil auditadas, 3,64% terminaram excluídas do censo pelo MEC. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16/1/00.

TCE investigará aumento de matrículas escolares. Estudo de conselheiro constata que em seis municípios o número de alunos subiu até 236% após implantação do Fundef. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 16, 25/6/99.

RECEBIDO EM: NOVEMBRO/2016
APROVADO EM: NOVEMBRO/2016